

NEOLIBERALISMO E DESENVOLVIMENTO

Cintia Neves Godoi

GRUPO DE TRABALHO: GT1: Desenvolvimento regional, planejamento, governança, controle social e gestão do território

Resumo: As discussões sobre neoliberalismo parecem expor que este fenômeno não se tratou apenas de uma continuidade ou aprofundamento do Liberalismo. O neoliberalismo, desde suas origens, apresentou-se como uma tentativa de salvar os fundamentos do liberalismo e, para tal finalidade, tratava-se também de questionar alguns fundamentos do próprio liberalismo político e econômico, tais como: capturar o estado de maneira mais exclusiva, dar maior força aos agentes vinculados às grandes corporações e retirar da esfera do Estado o dever público. E, com o Consenso de Washington, as ideias de desenvolvimento e bem-estar social, forjadas paralelamente ao fortalecimento do liberalismo, foram implodidas quando apresentados, especialmente ao Sul Global, os princípios que culminaram na ascensão do neoliberalismo e no esfacelamento de caminhos e discussões sobre desenvolvimento, especialmente do desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Liberalismo; neoliberalismo; sociedade; desenvolvimento.

1. Introdução:

A ascensão do neoliberalismo como regime normativo e paradigma dominante nas sociedades contemporâneas ocidentais impõe a necessidade de um olhar crítico sobre suas origens, fundamentos e desdobramentos. Longe de ser uma simples continuidade ou radicalização do liberalismo clássico, o neoliberalismo representa uma inflexão histórica e conceitual profunda na racionalidade capitalista.

Conforme argumentado por Domenico Losurdo (1941-2018), o liberalismo nasceu com uma contradição fundante: proclamava a liberdade enquanto legitimava a escravidão, estabelecendo-se, desde suas origens, como uma doutrina marcada por exclusões estruturais. Tal herança, ainda que recoberta por discursos de progresso e desenvolvimento, persistiu em diferentes roupagens ao longo dos séculos, inclusive na forma do Estado de bem-estar social e nos acordos econômicos pós-Segunda Guerra Mundial.

No entanto, com o advento do neoliberalismo – consolidado nos governos de Reagan e Thatcher, e formalizado em diretrizes como as do Consenso de Washington¹ –, este projeto liberal, a partir de então nomeado como “neoliberal”, alcançou um patamar de captura do Estado, de formas de subjetivação e dessubjetivação individual, de esvaziamento das funções públicas e da normalização da lógica de mercado como princípio universal de organização social.

Este artigo propõe examinar essa transição histórica, política, social e econômica, como forma de compreender o neoliberalismo não apenas como política econômica, mas como uma racionalidade governamental e global que redefiniu as formas de vida, seus dispositivos de poder e as possibilidades de emancipação no mundo contemporâneo. Além disso, a relação deste com a ideologia do desenvolvimento, especialmente em torno da imposição de limites ao desenvolvimento nacional, ou mesmo, para uma pulverização do entendimento acerca do que se propôs, inicialmente, como desenvolvimento.

Para tanto, primeiramente, o texto aborda a constituição do liberalismo como doutrina burguesa no século 17, marcada pela valorização da propriedade privada, do individualismo e da livre concorrência – elementos fundamentais para a consolidação do capitalismo e das estruturas coloniais.

Para esta etapa foram necessárias estruturas que surgiram a partir da Conferência de Bretton Woods², como as Organizações das Nações Unidas, e discursos e ideias que ofereceram força ao mundo que se buscava criar. Dentre estas ideias-chave

¹ Encontro acadêmico que aconteceu na capital dos Estados Unidos (Washington), em novembro de 1989, sob o comando do economista John Williamson (1937-2021). Tal evento foi patrocinado pelo Institute for International Economics (IIE). Participaram deste evento economistas latino-americanos e políticos convidados. Dentre as propostas formuladas para serem aplicadas, destacaram-se: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação trabalhista e propriedade intelectual (Brum, 2005, p. 103-104).

² A Conferência de Bretton Woods aconteceu em julho de 1944, na cidade turística de mesmo nome, no Estado de New Hampshire, EUA. A referida Conferência tratou das questões Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas, e foi composta por representantes dos países que seriam os vencedores da Segunda Guerra. Teve como finalidade reconstruir as estruturas e relações de comércio e finanças do capitalismo pós-conflito (Brum, 2005, p. 50).

apresentadas à sociedade estava a concepção de desenvolvimento, vislumbrada como imperativo a povos e países periféricos no contexto do sistema capitalista desenvolvido.

Com o advento do modelo da sociedade que se ligava às ideias de desenvolvimento, foi disseminada a corrida pelo processo de industrialização e a consequente urbanização, que resultou na ampliação das desigualdades sociais, justificadas por um pensamento ligado ao darwinismo social e à lógica da competição generalizada entre indivíduos e sociedades.

Ao avançar para a análise do neoliberalismo, evidenciou-se que esse regime buscava ir além da defesa do “laissez-faire”, pois pretendia constituir-se como um projeto político social, jurídico e econômico de alcance global, promovendo uma radicalização do individualismo competitivo, bem como, da individualização da sociedade.

Neste contexto, as sociedades do sul global já industrializadas e urbanizadas, com desigualdades sociais, políticas e econômicas e altos índices de violência, passaram a enfrentar profundas crises civilizatórias.

Desta maneira, sob pressão e com o receio de buscas pelo estado de bem-estar social que viveu a Europa e os Estados Unidos, e sob o temor das tentativas de discussão e busca por desenvolvimento nacional por parte de países do Sul Global, a racionalidade neoliberal ganhou força e investimentos, especialmente dos Estados Unidos e da Inglaterra, para controlar os povos periféricos ao sistema.

Ditaduras, golpes, opressões e violência foram instituídas nos países do Sul Global toda vez que estas sociedades contestaram o liberalismo e o capitalismo forjados em seus territórios.

A proposta neoliberal se impõe e aprofunda a violência porque se apresenta tanto como controle e dominação da sociedade pelo estado e suas forças armadas, quanto como um novo poder de produção de subjetividades assujeitadas, apresentados por Dardot e Laval como uma nova racionalidade. Por isso mesmo, a proposta neoliberal captura ainda mais o Estado, suprime mecanismos democráticos, instaurando uma era “pós-democrática”, na qual o mercado rege todos os aspectos da vida (Dardot; Laval, 2016).

A partir do fortalecimento do neoliberalismo, as intenções e propostas de desenvolvimento nacional foram deixadas de lado. As discussões passaram a

pulverizar o debate acerca de estados-nação e de suas potencialidades, e se concentraram em apresentar as ideias de globalização, desenvolvimento local e sustentável, dentre outros.

O neoliberalismo, portanto, representou uma mutação profunda no capitalismo e nas sociedades, sobretudo no Ocidente, ao naturalizar as desigualdades e submeter todas as esferas da vida à lógica do mercado. Por isso, exige análises críticas desde as suas origens, racionalidades e impactos na organização social, política e econômica global.

Assim, este artigo se apresenta como um exercício de análise científica dos reflexos destas ideias às discussões sobre a ideologia do desenvolvimento e seus desdobramentos, sobretudo nos povos periféricos.

2. Aspectos metodológicos

Este artigo adota uma abordagem qualitativa e teórico-analítica, fundamentada na revisão bibliográfica e análise documental de textos que tratam das transformações históricas e conceituais do liberalismo ao neoliberalismo, bem como, dos impactos dessa racionalidade sobre a noção de desenvolvimento.

A pesquisa se baseou na leitura interpretativa de obras de referência, em especial nos livros *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), e *Liberalismo: entre civilização e barbárie*, de Domenico Losurdo (2014), cujas reflexões possibilitam problematizar a racionalidade neoliberal como forma de governo e estrutura de subjetivação na sociedade contemporânea.

O estudo considerou documentos históricos e institucionais que moldaram as políticas econômicas globais, como os acordos de *Bretton Woods* e os princípios do Consenso de Washington, sistematizados por John Williamson. Esses marcos foram abordados enquanto elementos estruturantes das estratégias de desenvolvimento impostas às sociedades do Sul Global, especialmente nas décadas finais do século 20, e que contribuíram para a reconfiguração do papel do Estado e das políticas públicas.

A análise buscou compreender as relações entre poder, exclusão, governamentalidade e os deslocamentos conceituais na ideia de desenvolvimento,

tomando como foco a tensão entre o projeto de desenvolvimento nacional e a hegemonia do discurso neoliberal.

3. Da Gênese do Liberalismo ao Neoliberalismo: Transformações Históricas e Conceituais

Urge a necessidade de se conhecer a trajetória histórica e conceitual do neoliberalismo, suas transformações no tempo e no espaço, e como se apresentam as suas influências sociais, políticas e econômicas na atualidade.

Nesta direção, torna-se imperativo compreender a sua gênese e funcionamento, as transformações, contradições, sua lógica de atuação na sociedade global contemporânea e suas influências regionais e locais. Mais especificamente, trata-se de compreender as transformações do liberalismo que, na atualidade, se apresentam, sob certos aspectos, na forma do neoliberalismo; mas, também, considerando que o

neoliberalismo não se apresenta como mera extensão do liberalismo, senão como um

regime de governamentalidade política, jurídica e econômica, de normatização e normalização individual e social em função da salvaguarda da liberdade econômica.

Afinal, segundo os autores, “O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades” (Dardot; Laval, 2016, p. 7).

Neste sentido, é preciso compreender os aspectos da história ou das origens do liberalismo – a sua constituição –, o qual foi um movimento político, social, econômico e também acadêmico burguês europeu, que ocorreu a partir do século 17 e que se contrapôs aos regimes monárquicos e absolutistas da época, se organizou e se estabeleceu concomitantemente ao emergente e hegemônico modo de produção capitalista.

O liberalismo, como doutrina política, ideológica, jurídica, econômica e institucional de conformação burguesa, se opôs à nobreza e alastrou-se desde as metrópoles europeias, por meio das grandes navegações e invasões das terras das colônias da América, África e Ásia. Neste sentido, influenciou, senão determinou, a

organização social, política e econômica dos Estados e das demais organizações das sociedades europeias e coloniais.

No contexto da constituição do liberalismo, alguns dos seus ideólogos, tais como John Locke (1632-1704), Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), preconizavam que o Estado, na condição de estrutura política, econômica, jurídica e, sobretudo, administrativa, não poderia intervir ou prejudicar os movimentos, os interesses ou as ações dos indivíduos e a livre concorrência comercial. Outrossim, afirmavam que caberia ao Estado a garantia da propriedade privada, bem como, o papel de proporcionar a segurança individual e social. Deste modo, desde o princípio, o liberalismo valorizou e defendeu os interesses individuais ou privados em detrimento das condições coletivas ou públicas.

Assim, no século 17, John Locke propôs considerar o direito à propriedade como um direito natural sagrado que proporcionasse a base material a partir da qual, por meio do trabalho, os indivíduos assegurariam suas vidas e, por decorrência, o alcance da felicidade (Dardot; Laval, 2016). Neste sentido, o direito à propriedade privada se apresentou como um dos fundamentos constitutivos e determinantes na vida dos indivíduos, sobretudo para aqueles que possuísem maiores posses.

Constituíram-se, portanto, relações de poder que se estenderam para outros contextos; afinal, a própria concepção de posse da terra, por exemplo, denota domínio territorial, poder, valor, utilidade, concorrência e competição. Paralelamente, emergiu e instaurou-se a livre concorrência nas relações de posse da terra, de trocas e comércio de mercadorias, produtos, bens e serviços, e até da exploração humana, inclusive mediante a escravização de povos nas colônias da América, da África e da Ásia.

O liberalismo político e econômico preconizou e, posteriormente, fundamentouse nas concepções do evolucionismo biológico, da seleção natural, da lei da natureza e do darwinismo social, os quais passaram a interferir, senão embasar e guiar o liberalismo, sobretudo econômico, e, conseqüentemente, as formas de organização social. Posteriormente, a mesma lógica se reproduz no modo de pensar a produção, o consumo, as relações humanas e ambientais no contexto da sociedade capitalista e, na atualidade, se vinculou aos modos de agir do neoliberalismo.

Isso significa que certas interpretações que se pretendiam científicas estabeleceram correlações entre a teoria e o processo da evolução biológica das

espécies com as condições de competitividade econômica dos indivíduos entre si, possibilitando a sobrevivência dos mais fortes. Desdobrou-se desta condição a concepção de que a sociedade seria formada pelo conjunto de indivíduos em constante competição e luta pela sobrevivência.

O Liberalismo e sua relação com a ascensão das discussões sobre desenvolvimento

Ao longo do século 20, o liberalismo econômico passou por reformulações significativas. Após a crise de 1929 e as guerras mundiais, emergiu uma concepção mais intervencionista do Estado, expressa no modelo do Estado de bem-estar social. Esse modelo buscou articular políticas voltadas à redistribuição de renda, ampliação de direitos sociais e à promoção de um desenvolvimento nacional orientado por alguma forma de planejamento estatal.

Nesse contexto, o liberalismo – mesmo mantendo seus princípios de liberdade de mercado – se entrelaçou a debates sobre justiça social, inclusão e progresso coletivo. Essa inflexão gerou incômodos nas elites econômicas, que temiam o empoderamento político de classes subalternas e a aproximação ideológica do Estado liberal com reivindicações associadas ao socialismo e ao comunismo, como a universalização dos direitos sociais e a ampliação do papel estatal na economia.

No contexto de expansão e consolidação mundial do liberalismo político e econômico, houve a necessidade de justificar permanentemente suas ideologias, doutrinas, crenças e intervenções. Para isso, o conceito e a proposta ideológica de desenvolvimento, crescimento ou prosperidade econômica se apresentaram como uma das intensas narrativas utilizadas sistematicamente pelos Estados, pelo capital e até pela própria sociedade que majoritariamente aderiu a esta condição.

Nesta mesma direção, portanto, a viabilidade do liberalismo amparou-se, também, na necessidade de justificá-lo e sustentá-lo nas concepções do desenvolvimento. Por isso, há profunda simbiose entre liberalismo e desenvolvimento.

Um dos principais eventos de reorganização do capitalismo mundial e, evidentemente, vinculado à lógica do liberalismo foi a Conferência de *Bretton Woods*, a qual reafirmou a imposição e consolidação dos Estados Unidos como liderança

hegemônica política e econômica mundial. Perante o enfraquecimento e as fragilidades europeias da época, os Estados Unidos impuseram seus interesses e consolidaram o imperialismo político e econômico. Para isso, uma das alternativas incluiu estabelecer o dólar como moeda padrão para o comércio internacional.

Além disso, com a finalidade de implantar uma nova ordem econômica internacional e de prover sustentação e viabilidade, foram criados três principais instrumentos de intervenção econômica: O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) – atualmente, a Organização Mundial do Comércio (OMC) (Brum, 2005, p. 51).

A Organização das Nações Unidas (ONU) desempenhou um papel fundamental na formulação e promoção de estratégias globais de desenvolvimento ao longo das últimas décadas, inclusive apresentando uma periodização da história mundial a partir do que denomina décadas do desenvolvimento (United Nations, 2025). Desta maneira, a partir dos anos 1960, foi proclamada a Primeira Década do Desenvolvimento. Desta feita, a ONU apresenta como argumento a sistematização de esforços para impulsionar o crescimento econômico, a justiça social e a cooperação internacional, especialmente voltados aos países em desenvolvimento. A Segunda Década (1971-1980) e a Terceira Década (1981-1990), de acordo com a ONU, aprofundaram esses compromissos, incorporando temas como industrialização, erradicação da pobreza, educação e igualdade de gênero. Durante esse período, a ideia de desenvolvimento passou a ser entendida como um processo multidimensional, com intervenções coordenadas em âmbitos econômicos, sociais e institucionais.

Com o fim da Guerra Fria, talvez em virtude do enfraquecimento do debate sobre socialismo e comunismo, as abordagens de desenvolvimento ganharam outras articulações, sendo marcadas pela valorização dos relatórios de desenvolvimento humano (1991–1999), que destacam a centralidade do bem-estar, da liberdade e da participação política.

As crises, sobretudo, econômicas, no entanto, não tardaram em expor insatisfações socioeconômicas ao redor do mundo. Os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento chegaram à década de 1990 sem dar conta de seu enriquecimento e do acesso aos direitos básicos, bem como, ao sonho do desenvolvimento.

Assim, parecem avançar as agendas neoliberais, como propagandas de ajustes no liberalismo, e aprofundam as dificuldades de entendimento das relações de exploração que se tornam mais trágicas.

Neste cenário, apareceram novas propostas de desenvolvimento. Com isso, a ONU apresentou uma agenda global reformulada, estruturada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000–2015) e, mais recentemente, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2016–2030), que apregoam ser dispositivos para a promoção de direitos humanos, a proteção ambiental e a erradicação da pobreza em um esforço coletivo e interdependente.

Esses marcos mostram como o conceito de desenvolvimento se transformou junto às ideias de liberalismo, bem como, nos órgãos internacionais, como dentro da ONU, que apresenta uma linha histórica que, aparentemente, declara que o conceito de desenvolvimento avança de uma ênfase inicial no crescimento econômico para uma visão integrada, centrada na dignidade humana, na sustentabilidade e na cooperação multilateral. Neste sentido, se consideramos o arcabouço que envolve organizações internacionais como a ONU, é mais interessante ler como o desenvolvimento se apresentou como um conceito para apoiar ideias do liberalismo, e se modificou com sua pulverização para atender demandas do neoliberalismo, que contradiziam instrumentos que, dentre outros aspectos, considerassem a escala nacional como prioritária. Prioritário é o acúmulo de riqueza por elites do Norte Global.

Tais instrumentos contribuíram significativamente para o fortalecimento do liberalismo político e econômico e a consolidação das relações de supremacia hegemônica dos Estados Unidos no cenário mundial. Em tal contexto, fortaleceram-se as relações de poder dos países ditos desenvolvidos (EUA e Europa Ocidental) sobre os territórios chamados de subdesenvolvidos, sobretudo países da África, Ásia e América Latina.

O Neoliberalismo como nova racionalidade para dominação

A partir da década de 1970, especialmente após as crises do petróleo e o esgotamento do modelo fordista e keynesiano, consolidou-se uma nova racionalidade política: o neoliberalismo. Essa orientação promoveu uma radical reconfiguração do

papel do Estado, que passou a ser visto não como indutor do desenvolvimento nacional, mas como garantidor das condições de mercado e da competitividade global. O foco deslocou-se do fortalecimento do Estado-nação para a flexibilização de suas estruturas, em favor de interesses corporativos e transnacionais.

O neoliberalismo aprofundou a apropriação do Estado pelas elites, privatizando não apenas os serviços públicos, mas, também, a lógica da gestão estatal. Ao mesmo tempo, instituiu mecanismos de controle social que mantêm o mínimo necessário para conter tensões sociais – como programas de transferência de renda, focados em populações extremamente pobres –, sem alterar significativamente as estruturas de desigualdade. Foram estruturadas políticas de “gestão da pobreza”, e não de transformação social.

Esta perspectiva teórica justificou, então, o entendimento da importância da competição entre os indivíduos e, da mesma forma, foi transferida para a análise da sociedade humana nas suas relações e condições de vida. Sob tais pressupostos de competitividade, afirmaram-se as ideias de concorrência, livre iniciativa, progresso e crescimento econômico. Desta maneira, se permite justificar que aqueles que não conseguem concorrer ou sobreviver ao processo são excluídos ou deixados à própria sorte (Dardot; Laval, 2016, p. 53).

Desta maneira, desde o princípio das discussões sobre neoliberalismo, estiveram implícitas ideias e concepções de que cada indivíduo era responsável pelo seu sucesso ou fracasso pessoal, ou seja, as vitórias ou derrotas dependiam exclusivamente de cada indivíduo. Nesta direção, o acesso aos víveres, as posses de bens, o sucesso econômico e melhores condições de vida seriam resultado do trabalho, da gestão do interesse próprio, do tempo e dos recursos vitais e naturais que estivessem à disposição dos indivíduos. Esse discurso continua atual e reproduzido como forma de manutenção do *modus operandi* capitalista.

Da mesma maneira como ocorreu com o processo de colonialismo advindo das metrópoles europeias sobre as colônias, também com o liberalismo e, mais recentemente, o neoliberalismo, estabeleceram-se relações de poder e superioridade de uns e inferioridade de outros. Paralelamente, tais situações foram e continuam sendo, deliberadamente e impositivamente, relações e implicações, subjugação e subjetivação

de povos, mediante instrumentos econômicos impositivos, coercitivos e de dominação, escravização e exploração de povos e territórios.

Antes de ser um modelo ou projeto político-econômico, o neoliberalismo se apresenta como doutrina e racionalidade, tanto estatal quanto societária, que se materializa no contexto do modo de produção capitalista. Em tal racionalidade, sempre esteve implícita a ideia do progresso, do desenvolvimento econômico, da prosperidade, do sucesso, da produção e da acumulação ilimitada e a qualquer custo. Neste sentido, entende-se por racionalidade um conjunto de concepções, percepções, crenças e ações que se materializam nas relações de poder – sociais, políticas, jurídicas e econômicas –, constitutivas do regime de governamentalidade das sociedades ocidentais.

Por algum tempo, os Estados modernos, inclusive os contemporâneos, foram importantes no apoio à ideologia do desenvolvimento e consolidação do capitalismo. No caso do Brasil, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, o Estado contribuiu significativamente por meio de acordos de cooperação, subsídios e empréstimos, dentre outras estratégias, para o desenvolvimento econômico capitalista em vários setores, dentre os quais, da indústria siderúrgica, da agricultura, das comunicações e da energia.

Sobre estas questões, Dardot e Laval (2016) apontam que

Compreender politicamente o neoliberalismo pressupõe que se compreenda a natureza do projeto social e político que ele representa e promove desde os anos 1930. Ele traz em si uma ideia muito particular da democracia que, sob muitos aspectos, deriva de um antidemocratismo: o direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e qualquer controle mesmo sob a forma do sufrágio universal. Essa é a razão pela qual a lógica não controlada de autofortalecimento e radicalização do neoliberalismo obedece, hoje, a um cenário histórico que não é o dos anos 1930, quando ocorreu uma revisão das doutrinas e das políticas do “Laissez-faire”. Esse sistema fechado impede qualquer autocorreção de trajetória, em particular em razão da desativação do jogo democrático e até mesmo, sob certos aspectos, da política como atividade. O sistema neoliberal está nos fazendo entrar na era pós-democrática (p. 8).

Afinal, o neoliberalismo apresenta-se, sob certa perspectiva de análise, como a reabilitação do *laissez-faire* (Dardot; Laval, 2016, p. 14).

Neste contexto, a globalização como projeto político, econômico e ideológico contemporâneo, se apresenta como neoliberal, a qual se caracteriza como mais uma das formas de colonialismo comandada pelo grande capital, que também pode ser denominada como neocolonialismo.

Porto-Gonçalves (2006, p. 25), sobre esta questão, enfatiza que:

Vê-se, portanto, que o processo de globalização traz, em si mesmo, a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. Vê-se, também, que junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por todo o lado. Não faltaram argumentos de que essa dominação se dava por razões naturais, na medida em que certas raças seriam naturalmente inferiores. A modernidade europeia inventou a colonialidade e a racialidade (base a escravidão moderna) e, assim, essa tríade – Modernidade-colonialidade-racialidade – continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder.

O capitalismo, então, se apresenta em uma de suas fases mais agressivas, em relação a imposições do capital sobre a precarização do trabalho, em relação ao consumo de tempo vital das relações humanas, em relação aos recursos naturais, ao meio ambiente e à biosfera, conforme asseveraram os autores Dardot e Laval (2016):

“[...] a história do capitalismo nunca é mais do que o desenvolvimento de uma mesma essência sempre idêntica a si mesma, aquém de suas formas fenomenais e fases, e, no fundo, leva de crise em crise até a ruína final (p. 22).

Ainda, segundo os autores, o neoliberalismo impôs uma nova racionalidade, um novo regime de governamentalidade que transformou profundamente não apenas o Estado, mas a própria sociedade, tornando-a empresa de si mesma, exigindo que cada indivíduo se comporte como uma unidade de capital, guiado pela lógica da concorrência, da performance, do risco e da produtividade.

Compreender o neoliberalismo, portanto, não se limita a analisá-lo como uma política econômica ou uma ideologia, mas, como uma racionalidade que estrutura as nossas práticas cotidianas, as nossas formas de vida e as nossas subjetividades. Esse é o maior desafio crítico contemporâneo: resistir à naturalização dessa racionalidade e construir alternativas que promovam uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Neoliberalismo e pulverização do debate sobre desenvolvimento

Sob tais pressupostos, o que caracteriza o neoliberalismo é a destruição de todo e qualquer laço humano e social e, por decorrência, o esvaziamento da esfera política. Dito de outro modo, significa que o neoliberalismo destrói a política. A política se caracteriza como a arte da palavra e do discurso, a partir dos quais os seres humanos compartilham o espaço público, os bens comuns e o próprio mundo. Aniquilar a política

é retirar dos indivíduos e das sociedades humanas o direito de constituir relações, formas de vida e perspectivas de mundo que acolham a vida com dignidade e justiça social.

O desenvolvimento, em sua origem, é um objeto da economia política moderna e como tal, pressupõe o debate no contexto de toda e qualquer comunidade nacional em torno da constituição de um projeto soberano de desenvolvimento nacional. A condição intransferível para a afirmação do desenvolvimento nacional é o estabelecimento da justiça social como condição primeira, prioritária, inadiável e intransferível. A afirmação de tal condição social requer intenso debate e acordos políticos entre os mais diversos segmentos da sociedade nacional.

Para a lógica exploratória do neoliberalismo, a dimensão política do desenvolvimento nacional é insustentável, pois afronta a aceleração do regime de acumulação de capital. Trata-se, portanto, de negar o debate político, o interesse nacional e social e intensificar a privatização da sociedade, transformando-a na sociedade dos indivíduos empreendedores, empresários de si mesmos, plenos competidores, alheios a qualquer proposta comum de sociedade e de justiça social.

Neste cenário, não há espaço para debates sobre a constituição de projeto de soberania assentado no desenvolvimento nacional, senão, a divisão, a pulverização do debate do projeto de desenvolvimento nacional para sua condição local, territorial, sustentável, humano e até social. A pulverização do debate, ao retirar a dimensão política nacional do debate do desenvolvimento, impinge-lhe a fragmentação em sua condição local entre as demais variáveis acima apresentadas. Mas, sobretudo, coerente com a lógica neoliberal, torna as localidades e regiões concorrentes entre si, bem como, exclui setores populares, movimentos sociais e outras entidades representativas da classe trabalhadora do debate em torno do desenvolvimento da região, na justificativa de que a competência reside nas lideranças econômicas e políticas locais e regionais com condições suficientes de definir os rumos do desenvolvimento local no contexto competitivo das sociedades contemporâneas.

Historicamente, o capitalismo e, mais recentemente em sua faceta mais atualizada, denominada de neoliberalismo, produziu e potencializou o individualismo, a competição entre nações, povos e indivíduos, desdobrando-se em guerras mundiais e conflitos regionais, além das mazelas socioeconômicas (desemprego, fome, violência, destruição ambiental, mudanças climáticas).

Sobre o contexto de que em uma sociedade neoliberal tendem a sobreviver os que têm maiores poderes de barganha econômica, inclusive pela sustentação jurídica do Estado e suas limitações nos processos de intervenções para atender os que mais necessitam, Milton Santos assim se manifestou:

Afirma-se, também, que a “morte do Estado” melhoraria a vida dos homens e a saúde das empresas, na medida em que permitiria a ampliação da liberdade de produzir, de consumir e de viver. Tal neoliberalismo seria o fundamento da democracia. Observando o funcionamento concreto da sociedade econômica e da sociedade civil, não é difícil constatar que são, cada vez em menor número, as empresas que se beneficiam desse desmaio do Estado, enquanto a desigualdade entre os indivíduos aumenta (Santos, p. 21).

Deste modo, Milton Santos estabelece comparações entre o período anterior e posterior à instituição do neoliberalismo, bem como, constatar as contradições socioeconômicas, tanto das narrativas quanto da própria realidade. Nesta direção, pode-se afirmar que esse modelo de desenvolvimento econômico tende a gerar crises e impasses para a sociedade humana. Afinal, quando o Estado perde protagonismo político e social pelas imposições, ações e dominações da “mão invisível do mercado”, destroçam-se as relações humanas entre si e destas com as dimensões públicas e com a natureza físico-natural, e, conseqüentemente, com o desenvolvimento, conforme elucidam Bauman e Bordoni:

Dessa vez, a confiança do público foi investida na “mão invisível do mercado”. E decerto (tal como recomendado por Milton Friedman, Ronald Reagan, Margaret Thatcher e o grupo em rápida expansão de seus subalternos, aduladores e acólitos entusiastas, todos a desenterrar ativamente da cova do descrédito e do esquecimento os pronunciamentos de Adam Smith e a reciclá-los/reformá-los para uso público) nos poderes mágicos da ganância dos padeiros, em quem todos o que desejam pão diariamente à mesa do café podem confiar. “Desregulamentação”, “privatização”, “subsidiarização” haveriam de alcançar aquilo que regulamentação, nacionalização e empreendimentos comunais dirigidos pelo Estado deixaram, de tão abominável, de obter. Funções do Estado tinham de ser e seriam deslocadas (“transferidas”, “terceirizadas” e/ou “contratadas”) para o mercado, esse espaço reconhecidamente “sem política”; ou deixadas sobre os ombros de indivíduos humanos (2016, p.)

Diante disso, urge a necessidade de questionar essa lógica de acumulação para uns em detrimento para a maioria da sociedade. Por este motivo, faz-se necessário propor outras formas ou maneiras de relações da sociedade humana entre si e desta com os bens naturais.

Neste sentido, alguns movimentos e ações mundiais, como a Carta da Terra³ e a Encíclica Laudato Si⁴, apontam nessa direção, ou seja, sinalizam para a necessidade de rever nossas históricas relações humanas e com o ambiente físico natural, sobretudo no contexto do neoliberalismo.

Ainda nessa direção, há e ocorrem outros modos de viver, inclusive discussões que fazem uso de ideias advindas das mais diversas ciências, entre elas as naturais, que alegam que os indivíduos que cooperam ou possuem relações de solidariedade têm mais chances e possibilidades de resistir, sobreviver, serem prósperos e bem-sucedidos ou de conviverem de modo mais harmonioso entre humanos e com a natureza. Tais situações e condições se contrapõem à lógica de operação do neoliberalismo.

Neste contexto, o desenvolvimento vincula-se à economia política, ideologia que foi gestada, difundida e instituída como um projeto político e econômico majoritariamente europeu, advindo da modernidade ocidental e vinculado à ciência, à racionalidade técnico-científica e instrumental, à indústria, à economia e à concepção do progresso, da evolução e da acumulação e, por consequência, à época e ao nascente e emergente modo de produção capitalista, cuja proposta foi reorganizada ao longo do século 20 e denominada de neoliberalismo. As narrativas neoliberais foram e estão vinculadas a processos de subjetivação, a aspectos economicistas, de produtividade, de exploração e de acumulação do capital.

Na contemporaneidade, mais especificamente na atualidade, as consequências dessa proposta e imposta lógica desenvolvimentista do crescimento econômico ilimitado, da exploração intensa, sistemática e infinita dos bens naturais, se manifestam pela crescente desigualdade social e pela centralidade da economia, na forma do débito e do crédito, que captura e exaure as energias humanas e ambientais. Isso significa que a lógica desse modelo de desenvolvimento gerou e multiplicou os problemas, os dilemas

³ É o documento internacional em defesa da Terra e da vida no Planeta. Aprovado pela ONU em 2002, é resultado de debates que envolveram 46 países, inclusive o Brasil. Foi elaborada com a participação de instituições de pesquisa, entidades religiosas, estudantis, empresários, movimentos sociais e comunidades indígenas.

⁴ É uma Encíclica do Papa Francisco que possui 184 páginas, documento lançado em maio de 2015. Laudato Si é uma expressão italiana que significa louvado sejas. Tal título refere-se ao “Cântico das Criaturas” de São Francisco de Assis. É, portanto, um documento pelo qual o Papa chama a atenção para a necessidade de cuidar da Terra e dos elementos que a compõe (solos, sol, água, ar, fauna, flora,

e os passivos de toda ordem. Afinal, nem sempre a evolução e o crescimento econômico (o referido desenvolvimento) foram e são os melhores.

Por este motivo, a função social do intelectual é, dentre outras, ler, estudar, compreender e avaliar, debater conceitos, teorias, ideologias, concepções e práticas sociais, políticas e econômicas. De igual modo, é, também, recuperar as diferentes formas de vida, especialmente aquelas que não se submeteram, não se submetem ou resistem aos imperativos da racionalidade instrumental ocidental da produtividade, do

biodiversidade e de outros elementos naturais), bem como, das relações humanas entre si e destas com o ambiente físico natural.

lucro e da exploração ilimitada das comunidades, das pessoas e do ambiente. Igualmente, estimular a reflexão, na perspectiva da necessidade da construção ou reconstrução de uma sociedade fundada nos princípios da cooperação, da solidariedade, da paz, da harmonia, da sociedade entre si e desta com os bens naturais. Enfim, de se desafiar a pensar e articular uma sociedade melhor para as gerações atuais, bem como, assumir a responsabilidade em deixar um mundo habitável para as futuras gerações.

Desta forma, o neoliberalismo aprofunda a apropriação do Estado pelas elites, privatizando não apenas serviços públicos, mas, também, a lógica da gestão estatal. Ao mesmo tempo, institui mecanismos de controle social que mantêm o mínimo necessário para conter tensões sociais – como programas de transferência de renda, focadas em populações extremamente pobres – sem, contudo, alterar significativamente as estruturas que geram as desigualdades. São políticas de “gestão da pobreza”, e não de transformação social.

Por tudo isso, o neoliberalismo fragmenta a ideia de um projeto de desenvolvimento nacional. As discussões sobre “desenvolvimento” são realocizadas e ressignificadas em termos como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e outras formas, frequentemente descoladas de uma estratégia nacional estruturada. Essa dispersão retira a centralidade do Estado e da noção de projeto nacional, promovendo uma governança pulverizada entre múltiplos atores – ONGs, empresas, organismos internacionais –, diluindo a responsabilidade política centralizada e dissolvendo a vida pública e a cidadania, dentre outros aspectos imprescindíveis à vida em sociedade.

Considerações finais

Ao longo deste artigo buscou-se problematizar o neoliberalismo, não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma racionalidade hegemônica que redesenhou a relação entre Estado, sociedade e mercado, a partir de pressupostos históricos herdados do liberalismo clássico e profundamente conectados com estruturas de dominação e exclusão.

A partir da leitura crítica de autores como Domenico Losurdo, Pierre Dardot e Christian Laval, foi possível evidenciar que, tanto o liberalismo quanto o neoliberalismo carregam em sua essência uma lógica de liberdade excludente, que historicamente beneficiou grupos dominantes às custas da opressão de amplos setores sociais, especialmente nos contextos coloniais e no Sul Global.

Nesse contexto, investigar as origens e transformações do liberalismo político e econômico desde a modernidade, bem como seus desdobramentos, que culminaram no neoliberalismo, constitui uma tarefa urgente e necessária para a compreensão crítica da sociedade atual, especialmente quando se considera sua estreita relação com os paradoxos do desenvolvimento.

O neoliberalismo apresenta-se, hoje, como uma racionalidade hegemônica, um modo de vida que estrutura a produção, a exploração e a expropriação da vida em sua totalidade. Representa a face contemporânea do capitalismo e sua estratégia de mercado, marcada por discursos falaciosos de liberdade e eficiência. Mas, afinal, o que é o “mercado”? Atualmente, o mercado configura-se como a principal forma de exploração e destruição das relações humanas e da sociedade com o meio ambiente. É importante lembrar, no entanto, que as trocas comerciais e mercantis entre pessoas e grupos humanos são anteriores ao capitalismo. O que distingue o mercado contemporâneo é sua subordinação a uma lógica financeirizada, marcada por relações hostis e profundamente exploratórias – tanto entre os seres humanos quanto destes com a natureza.

As transformações promovidas pelo neoliberalismo nas últimas décadas do século 20, a partir da reestruturação global das economias, por meio do Consenso de Washington e da consolidação do mercado como princípio regulador da vida social,

contribuíram para o desmantelamento do Estado de bem-estar e para o esvaziamento dos projetos de desenvolvimento nacional.

A lógica neoliberal, ao substituir o coletivo pelo individualismo competitivo, e ao despolitizar as decisões econômicas, impôs um novo tipo de governamentalidade que desmobilizou a ação coletiva e fragmentou os sentidos de pertencimento e emancipação social.

Nesse cenário, o desenvolvimento, apresentado inicialmente como fenômeno capaz de apoiar avanços econômicos e sociais em escala nacional, foi redefinido por lógicas mercantis e globais, enfraquecendo as perspectivas nacionais e soberanas que haviam emergido no pós-guerra. Em especial para os países do Sul Global, esse processo representou a negação sistemática de seus projetos autônomos de desenvolvimento, frequentemente por meio da imposição de reformas estruturais, da violência política e da repressão às alternativas ao modelo capitalista dominante.

Por fim, este estudo apontou a necessidade de resgatar criticamente o debate sobre desenvolvimento, não como um conceito homogêneo e neutro, mas como um campo de disputas que envolvem valores, projetos societários e formas de vida.

Compreender o neoliberalismo como racionalidade totalizante é um passo fundamental para reabrir o horizonte político das possibilidades de transformação social, na contramão das desigualdades e da naturalização da exclusão promovidas por essa ordem global neoliberalizante, que não atingiu a todos; especialmente, não atingiu países com Estado forte e comprometido com sua população, o que indica que é possível considerar outros horizontes.

Referências

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 24. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

CARTA DA TERRA. **Valores e princípios para um futuro sustentável**. Petrópolis, RJ: Gráfica Editora Stamp, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRANCISCO, Papa. **Encíclica Laudato Si**: sobre o cuidado da casa comum. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, maio 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_enciclica-laudato-si.html.

MARCHESAN, Jairo. Considerações sobre capitalismo e pandemia. **Cadernos Zygmunt Bauman**. v. 10, n. 23, p. 46-62, 2020. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/bauman/article/view/14434>.

PORTO-GOLÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed., reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

UNITED NATIONS. Dag Hammarskjöld Library. **UN Documentation**: development. Research Guides. New York: United Nations, [s.d.]. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/dev/>. Acesso em: 13 maio 2025.